



Estado, deixando desprotegido um contingente expressivo de trabalhadores terceirizados. Esses profissionais, que exercem atividades contínuas e essenciais em órgãos públicos — especialmente nas áreas de limpeza, vigilância, recepção e apoio administrativo —, são parte indispensável do funcionamento da máquina pública, mas permanecem vulneráveis a interferências políticas e à rotatividade motivada por conveniências eleitorais.

Em muitos municípios e repartições, observa-se que, às vésperas das eleições, contratações e demissões de terceirizados são manipuladas para favorecer determinados grupos políticos. Tais práticas, ainda que indiretas, configuram uso indevido da máquina pública, comprometendo os princípios da moralidade, impessoalidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal. Além de gerar instabilidade social e econômica para famílias que dependem desses vínculos de trabalho, tais condutas corroem a confiança no processo eleitoral e fragilizam a lisura das disputas políticas.

A presente proposta não cria estabilidade trabalhista nem interfere na autonomia das empresas privadas contratadas, respeitando integralmente o regime da Lei nº 13.429/2017, que regula a terceirização. O que se busca é impedir que agentes públicos utilizem contratos de terceirização como instrumentos de coação política ou manipulação eleitoral, vedando expressamente condutas que tenham finalidade político-eleitoral.

Dessa forma, pretende-se proteger os trabalhadores terceirizados contra práticas de perseguição política e garantir a neutralidade administrativa durante o período eleitoral, estendendo a esses profissionais as mesmas salvaguardas éticas já aplicadas aos servidores públicos.

Por fim, a proposição estabelece que a nova vedação estará sujeita às mesmas penalidades já previstas no caput do art. 73 da Lei das Eleições, como multa, cassação do registro ou do diploma e inelegibilidade, reforçando a efetividade da norma e a responsabilização dos agentes infratores.

Trata-se, portanto, de medida de aperfeiçoamento da legislação eleitoral, voltada ao fortalecimento da ética pública, à preservação do equilíbrio entre os competidores e à prevenção do uso indevido da estrutura estatal, em



conformidade com o espírito republicano e com os princípios constitucionais que regem a administração pública.

Sala das Sessões,        de        de 2025

Deputado JOSENILDO

